

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO (CCT) HOMOLOGADA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)



Todos os anos a rotina da negociação é a mesma: aprovamos a pauta em assembleia, encaminhamos as reivindicações aprovadas ao SINDINFOR (sindicato patronal), iniciamos a negociação em setembro, encerramos em novembro (normalmente) com aprovação da CCT em assembleia, assinamos a CCT, abrimos o prazo para oposição através de link que disponibilizamos, encaminhamos a CCT assinada para homologação no MTE e recebemos de volta a CCT homologada. Este ano esta história se repetiu e a CCT acabou de ser homologada pelo MTE.

A rotina de uma campanha salarial faz parte da vida do sindicato e deveria fazer parte da vida dos trabalhadores, porém observamos uma desatenção grande dos trabalhadores com esta rotina.

A grande manifestação da categoria acontece na hora de acessar o link para enviar a oposição à taxa de fortalecimento sindical e, esta prática, que também é rotineira, se dá predominantemente pela “influência” patronal, que sistematicamente estimula o envio da oposição. Os e-mails e contatos telefônicos que recebemos nos dão esta convicção.

Não existe uma reflexão sobre o quanto é difícil negociar com quem entende a sua maior fonte de receita, garantia de sucesso, que são os trabalhadores, como custo, quando deveria ser investimento; com quem chega em mesa para negar ao invés de refletir e atender.

Enquanto todos nós fazemos a riqueza dos patrões de TI que nos emprega e nos explora, salvo raríssimas exceções, este mesmo patrão, que todo ano troca de carro, que mora numa casa e lugar “legais”, que viaja pelo Brasil e exterior, que por vezes já mora no exterior, que pode oferecer uma “vida legal” para os seus, chega na negociação oferecendo zero ou só a inflação do período e negando a maioria dos pedidos que fazemos para melhorar minimamente nossa condição e qualidade de vida.

Muitos trabalhadores até hoje não sabem que aqui em MG o desconto é uma única parcela de 2%, diferente de outros estados que cobram um percentual alto e o dividem em 12 vezes, exercendo, na prática, uma adesão compulsória do trabalhador ao sindicato.

Alguns trabalhadores têm a capacidade de enviar recibos falsos ou antigos e dizem ter feito a oposição, mas esses casos são raros.

Muitos não sabem que nossa CCT é considerada, pelos sindicatos e trabalhadores de outros estados, a melhor, se analisada de um modo geral, não cláusula a cláusula.

A negativa de pagar a taxa de fortalecimento é grande, e o pedido de apoio, de ajuda, também. É como se manter a estrutura que mantemos para dar suporte à categoria fosse sem nenhum custo. Vez por outra são chamados para receber valores ganhos pelo Sindicato na justiça, em ação que moveu contra a empresa a partir de denúncia recebida, cujos processos sempre divulgamos em nossos boletins, mas sequer esta informação é lida.

É sempre tempo de mudar. De ver o Sindicato de forma diferente. De entender o Sindicato como um porto seguro dos trabalhadores, que existe para proteger, para fazer avançar as conquistas, mesmo que seja de pouco em pouco.

Dizemos NÃO ao reajuste zero. Reivindicamos sempre o ganho real. Defendemos a categoria. A categoria, todavia, precisa se defender mais dos abusos patronais denunciando-os ao Sindicato. A união sindicato e empregados potencializa nossa perspectiva de melhorar nossa qualidade de vida e de trabalho. Seja sócio do SINDADOS/MG.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO PRODEMGE/ 2025-2026



No último dia 04 de dezembro foi realizada a última mesa de negociação entre SINDADOS e PRODEMGE. Como sempre, há uma demora muito grande em concluir o processo de negociação. Mesmo com a assinatura da CCT, no último dia 04/11, a Empresa protelou o encerramento da negociação específica, com adiamentos de mesas e polêmica em cláusulas novas.

No dia seguinte, 05 de dezembro, o SINDADOS/MG realizou assembleia com os trabalhadores. A proposta foi aceita e o resultado comunicado à PRODEMGE logo após, com o objetivo de obter a assinatura e celebração do Acordo de forma mais célere, conforme promessa feita pelo representante da Empresa.

Confira as principais conquistas:

- 5,45% de reajuste salarial;
- 5,45% de reajuste no tíquete, passando o valor por dia de trabalho para R\$ 50,39;
- 5,45% de reajuste no lanche noturno, passando o valor por dia de trabalho para R\$ 10,54;
- 5,45% de reajuste no benefício de “auxílio filhos”, passando o valor mensal para R\$ 349,46; além da

ampliação de idade até 11 anos, 11 meses e 29 dias.

- 5,45% de reajuste no benefício “auxílio dependente deficiente”, passando o valor mensal para R\$ 349,46;
- 5,45% de reajuste no benefício “reembolso de despesas do teletrabalho”, passando o valor mensal para R\$ 48,98;
- Ampliação do direito à folga remunerada, mediante comprovação de doação de sangue de acordo com os prazos e intervalos estabelecidos pelos protocolos de saúde vigentes, respeitados os intervalos mínimos entre doações: a cada 90 dias para homens e a cada 120 dias para mulheres.
-

Os reajustes nas cláusulas econômicas, de 5,05%, foram pagos antecipadamente em setembro, sendo devido ainda 0,40% por força da CCT, retroativo ao mesmo mês.

As demais cláusulas do ACT e CCT continuam tendo a mesma validade.

Um dos pontos de maior polêmica e que demandou maior negociação foi o 13º de tíquete, que corresponde ao recebimento adicional de um mês do benefício. Após chegar a ser considerado como concedido, em uma das últimas mesas, a Empresa recuou. Após forte cobrança do SINDADOS/MG e da CT, a Empresa se comprometeu a negociar com os representantes dos trabalhadores, até fevereiro de 2026, a concessão do benefício adicional neste ano, não condicionando a ser um benefício permanente. Ainda que não seja certo que a Empresa vá conceder, o fato de ser formalizado no ACT 25/26 é de grande importância, pois além da forte sinalização de que vai conceder, é um primeiro passo para termos incorporado esse benefício em negociações futuras.

Mas atenção, trabalhador!

Para termos essa conquista será necessária muita pressão e estado de mobilização de todos.

NOTA TÉCNICA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS APONTA SAÍDA PARA RECONTRATAÇÃO DE DEMITIDOS DA DATAPREV



Uma nota técnica produzida pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, sobre os impactos da PL nº 4.494/2024 e do Substitutivo adotado pela Comissão de Administração e Serviço Público, que tratam da recontratação ou reintegração de empregados de empresas estatais federais, originalmente admitidos mediante concurso público, desligados em decorrência de processos de desestatização ou de programas de desligamento incentivado, apontou algumas medidas para impedir a elevação do gasto público com a aprovação de tais medidas. A sugestão do Consultor Legislativo é que sejam colocadas algumas barreiras, via emendas. No caso da DATAPREV, tal indicação refere-se à vedação de que a recontratação se dê pelo INSS ou algum órgão da administração direta, restringindo-a à própria empresa.

De acordo com o documento “Nas hipóteses em que a recontratação se der exclusivamente no âmbito das empresas estatais independentes, não se verifica, em princípio, aumento direto das despesas de pessoal da União, nem impacto sobre o resultado primário apurado para fins das metas fiscais da União, uma vez que tais empresas são tratadas, no plano fiscal, como empresas estatais não dependentes. Nessa situação, o efeito recai sobre a política

de recursos humanos e a sustentabilidade econômico-financeira de cada empresa, sem repercussão imediata nos limites de despesa de pessoal da União previstos no art. 169 da Constituição”.

Empresas estatais independentes são aquelas “que não dependem de recursos do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social para custeio de pessoal ou custeio geral”, como é o “caso da Petrobras, de suas subsidiárias e da própria Dataprev”.

A consultoria mostra que é possível chegar a um acordo que preserve o objetivo maior desses trabalhadores, que é a recontratação, e, ao mesmo tempo, do ponto de vista político, reduza a oposição ao Projeto de Lei.

Continuamos na luta pela recontratação dos trabalhadores da DATAPREV demitidos no governo Bolsonaro!

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

Partes		Processo	Audiência		
Reclamante	Reclamado	Numeração	Data	Horário	Local
Sindados MG	Databit Tecnologia	0010578-13.2025.5.03.0139	12/12/2025	11:15	Videoconferência
Sindados MG	M.I. Montreal Informática S.A.	0010585-16.2025.5.03.0006	16/12/2025	09:40	Videoconferência
Sindados MG	Stefanini	0011126-95.2025.5.03.0023	26/01/2026	08:00	Videoconferência
Sindados MG	Solusoft Informática	0010272-12.2025.5.03.0182	29/01/2026	10:00	Videoconferência
Sindados MG	M.I. Montreal Informática S.A.	0010761-92.2025.5.03.0006	24/02/2026	09:40	Videoconferência
Sindados MG	GOVPREDICT (Quorum Analytics)	0010650-93.2025.5.03.0108	17/03/2026	10:45	Videoconferência

ATENÇÃO TRABALHADORES DO SERPRO: ASSEMBLEIA DIA 11/12/2025

O aumento de 29% no plano de saúde é um ataque aos trabalhadores.



No final de setembro, em reunião da Comissão Paritária que trata do plano de saúde, o SERPRO informou, *sem nenhum debate prévio com os representantes dos trabalhadores*, que sua diretoria havia decidido reajustar a mensalidade do plano em 16%. Porém, a decisão final sobre o aumento seria tomada pelo Conselho de Administração. *Esse percentual (16%) foi duramente criticado pela representação dos trabalhadores, à época, pois muitos trabalhadores não conseguiriam pagar.*

Passa o tempo e na tarde de segunda-feira, dia 01/12/2025, o diretor-presidente do SERPRO chamou uma reunião às pressas, com toda a Empresa, e comunicou que o reajuste aprovado pelo Conselho de Administração foi de 29%.

Uma decisão de quem quer ACABAR COM O PLANO, POR CERTO, um abuso com os trabalhadores, que tiveram o encerramento da campanha salarial há poucos meses, com os salários reajustados apenas pelo INPC mais 1%.

Não existe nenhuma justificativa plausível para este reajuste abusivo de 29%, principalmente se considerarmos os resultados positivos da Empresa, cujos lucros são recordes nos últimos anos.

A representação dos trabalhadores solicitou reunião com o SERPRO para debater este grave problema e a reunião acontecerá no dia 10 de dezembro, com o presidente Wilton.

A representação dos trabalhadores na Comissão Paritária e a Coordenação da Campanha Salarial repudiam veementemente essa decisão do Conselho e reafirmam que qualquer medida que impacte o bolso e a saúde da categoria deve ser amplamente discutida e construída de forma coletiva.

O que queremos:

- Que nosso plano de saúde continue existindo;
- Reversão da decisão de reajuste de 29%;
- Negociação, com a representação dos trabalhadores, sobre o reajuste e outras medidas que envolvem o plano de saúde;
- Respeito à representação dos trabalhadores da Comissão Paritária de Saúde.

Convocamos todos a participarem de assembleia nacional virtual no próximo dia 11 de dezembro, às 9h30min. Lembrem-se: o tamanho da assembleia será a demonstração de que estamos mobilizados para reverter os 29%! Vamos à luta!

ZEMA DEVASTA CONTAS DE MG, AUMENTA O PRÓPRIO SALÁRIO EM QUASE 300% E DOBRA A DÍVIDA PÚBLICA



Uma matéria publicada no jornal Diário do Centro do Mundo mostrou o efeito catastrófico do governo Zema, que conseguiu dobrar a dívida bruta de Minas Gerais, fazendo o estado alcançar a marca de R\$ 201,1 bilhões em novembro de 2025. Desde o início da gestão de Romeu Zema (Novo), em janeiro de 2019, quando o débito total era de R\$ 114,7 bilhões, o valor cresceu significativamente. A maior parte desse montante, que saltou de R\$ 88,7 bilhões para R\$ 177,5 bilhões no mesmo período, concentra-se na dívida com a União.

Mas o feito não parou por aí. Mesmo diante de tal montante, o governo, que atua como um verdadeiro carrasco dos trabalhadores, ao negar sistematicamente qualquer aumento e melhoria nas condições de trabalho e vida dos servidores, além de promover a dilapidação do patrimônio do povo mineiro, aumentou o seu próprio salário em, pasmem, quase 300%.

Conforme destacou a economista Eulália Alvarenga, o crescimento da dívida está diretamente ligado à suspensão dos pagamentos das parcelas à União, o

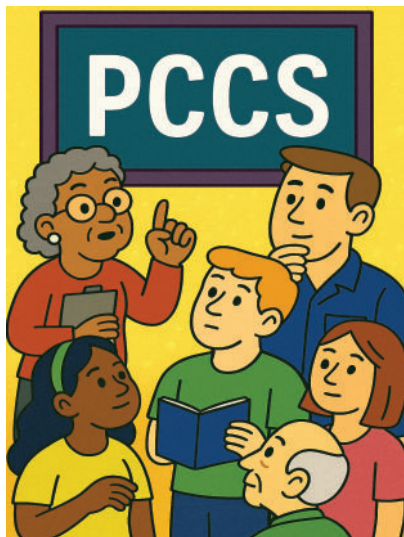
famoso “calote”: “Essa dívida é meramente financeira, e o estado não consegue amortizá-la. Depois da liminar, Zema não vai pagar nenhum centavo da dívida até 2024. Então, a dívida só cresce, juros sobre juros sobre juros”. Em relação à adesão ao RRF por decisão judicial, Alvarenga confirma que a medida: “Era uma fria. Não conseguiu resolver nada. Agora vem o PROPAG, que é um programa onde os estados vão ter que dar uma entrada para zerar os juros”.

A passagem de Romeu Zema pelo governo de MG é marcada pela destruição. A “solução” apresentada pelo desgovernador é ainda mais alarmante: ele quer entregar as empresas públicas lucrativas, como a COPASA, a preço de banana, retirando uma fonte de renda do estado e promovendo a piora da qualidade dos serviços e certamente o aumento nas tarifas para a população, como aconteceu em todos os casos envolvendo a privatização da água mundo afora.

Precisamos lutar e resistir aos ataques!

Zema tem de passar!

COMISSÃO DO PCCS PRODABEL: UM EXEMPLO A SER SEGUIDO



Os trabalhadores da PRODABEL formaram uma Comissão com o objetivo de elaborar um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários, pois analisam que o que existe hoje precisa ser melhorado.

A Comissão conta com representantes do SINDADOS/MG; membros da OLT da PRODABEL, chamada de CRT (Comissão Representativa dos Trabalhadores), e outros 20 trabalhadores de diversas áreas da Empresa.

A Comissão está na sua 3ª semana de trabalho e, apesar de algumas discussões mais acaloradas, o consenso está prevalecendo. Uma proposta nascida exclusivamente dos trabalhadores está sendo construída e na última reunião, realizada no último dia 03 de dezembro, houve muitos avanços.

O SINDADOS/MG parabeniza os membros da Comissão, não apenas pelo seu valoroso trabalho para a PRODABEL, mas também por este grande exemplo de organização, que esperamos seja seguido por outras empresas da categoria, públicas e privadas.

PRIVATIZAÇÃO DA COPASA AVANÇA: UMA AMEAÇA AO FUTURO DA ÁGUA EM MINAS



A aprovação da privatização da Copasa em 1º turno na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) acendeu um alerta em todo o estado. Não é apenas mais uma votação — é a abertura oficial de uma porteira que pode comprometer, por décadas, o acesso à água tratada, ao saneamento e ao direito básico à vida digna para milhões de mineiros.

A pressa com que o governo Romeu Zema conduz esse processo não deixa dúvidas: trata-se de uma jogada política, ideológica e eleitoral, alinhada a interesses privados que enxergam no saneamento uma mina de ouro, e não um serviço público essencial. O governo corre contra o tempo, mirando 2026, enquanto a população corre o risco de pagar a conta — literalmente.

Um avanço legislativo sob protestos e desconfiança

A proposta de privatização passou em 1º turno com resistência popular, denúncias de irregularidades no processo e uma base governista que votou em bloco, mas evitou debates e explicações.

O atropelo no rito legislativo, a falta de estudos técnicos e o famigerado episódio do “Projeto Bolt” — que revelou monitoramento de parlamentares e simulações de aumento tarifário — compõem o pano de fundo obscuro dessa votação.

Agora, o governo precisa aprovar o projeto em 2º turno, etapa decisiva. A tendência é clara: apesar da unidade do bloco de oposição, a pressão do mercado e dos grupos empresariais é pesada e conta a maioria do parlamento, composta pela base governista. Apenas mobilização popular massiva poderá inviabilizar o plano.

Movimentos sociais, sindicatos e entidades acadêmicas precisam intensificar a luta, denunciar irregularidades e judicializar cada brecha.

O que acontece se a Copasa for privatizada?

Se concretizada, a privatização entrega ao mercado uma das coisas que o Estado tem de mais estratégico: a água. E a experiência internacional — vasta, documentada, repetitiva — já mostrou exatamente o que acontece quando governos decidem transformar saneamento em negócio.

- Tarifas sobem muito acima da inflação

Água privatizada vira “produto de luxo”. O que era tarifa social vira “tarifa inviável”. O próprio estudo revelado na ALMG prevê aumento de até 12% no curto prazo, apenas como “cenário inicial”.

- Periferias e zonas rurais sofrem abandono

Empresas privadas só investem onde há lucro garantido. Onde não há, a precarização avança.

- Qualidade do serviço despenca

A busca pelo lucro reduz manutenção, adia obras e precariza equipes. É simples: quando o objetivo é o balanço financeiro, e não o bem-estar, o serviço degrada.

- Municípios perdem autonomia

Prefeituras passam a lidar com contratos rígidos, multas abusivas e pouca transparência.

Água deixa de ser política pública e vira cláusula contratual.

O mundo tentou privatizar — e se arrependeu

A propaganda privatista gosta de vender a ideia de que o setor privado é mais eficiente.

Mas a história, inclusive a recente, desmente essa narrativa. Veja alguns exemplos:

- **Paris, França**

Privatizou o serviço por 25 anos. Resultado? Tarifas abusivas, perda de controle público e evasão de informações. Em 2010, a cidade reestatizou a água — e conseguiu reduzir tarifas e aumentar investimentos.

- **Berlim, Alemanha**

Privatização parcial levou a aumentos de tarifas acima de 30%, queda de qualidade e escândalos de corrupção. Após forte pressão popular, o governo recomprou as ações e devolveu o controle à cidade.

- **Buenos Aires, Argentina**

Privatizada nos anos 90, a empresa deixou bairros inteiros sem investimento. A reestatização veio depois de denúncias de má gestão e descumprimento de metas.

- **Inglaterra**

Talvez o caso mais simbólico: empresas privadas lucraram bilhões enquanto despejavam esgoto em rios, aumentavam tarifas e endividavam o setor. Hoje o País vive uma crise sanitária generalizada e discute a necessidade de reestatizar as companhias de água.

Em todas essas histórias, o padrão é o mesmo: quando o lucro manda, o povo perde.

O que está por trás da corrida de Zema?

Não é apenas sobre a Copasa. É sobre 2026.

A privatização da água se tornou um gesto para agradar o mercado financeiro, consolidar apoios empresariais e pavimentar a campanha presidencial de Romeu Zema.

A água dos mineiros virou moeda eleitoral nacional.

Essa é a pressa que atropela audiências, ignora estudos, silencia vozes e tenta transformar um bem público em ativo negociável.

A lógica é simples: garantir apoio hoje em troca da entrega do patrimônio amanhã.

O que Minas tem a perder

Privatizar a Copasa significa:

- - pagar mais pela água;
- - ver municípios pobres abandonados;
- - aumentar desigualdades regionais;
- - perder soberania sobre recursos hídricos;
- - trocar planejamento público por lucro privado;
- - depender de empresas que não têm compromisso social.

E quando tudo der errado — como já deu em dezenas de países — reverter o estrago custará muito mais caro do que manter o serviço público funcionando hoje.

Água não é mercadoria. Água é vida.

O avanço da privatização em 1º turno é um chamado urgente: ou Minas se mobiliza agora, ou verá sua água — seu bem mais precioso — virar produto especulativo.

Não estamos diante de um projeto de eficiência.

Estamos diante de um projeto de poder.

A luta continua.

A defesa da água pública também.